

A nova evangelização e a moral

Jorge Teixeira da Cunha*

Não parece haver dúvida de que o impulso para uma nova evangelização da Europa inclui implicações para o agir. Para o justificar temos as palavras da encíclica de João Paulo II, *O Esplendor da Verdade*: “A evangelização – e, portanto, a ‘nova evangelização’ – comporta também o anúncio e a proposta moral. O próprio Jesus, precisamente ao pregar o Reino de Deus e o seu amor salvífico, fez apelo à fé e à conversão (cf. Mc 1, 15). E Pedro, com os outros Apóstolos, ao anunciar a ressurreição de Jesus de Nazaré de entre os mortos, propõe uma nova vida a viver, um ‘caminho’ a seguir para ser discípulo do Ressuscitado (cf. Act 2, 37-41; 3, 17-20)”¹. Porém, a função da teologia moral não é apenas afirmar. A sua função é dar razão: mostrar a realidade que se dá no anúncio evangélico e guiar a ação humana na religação ao seu alvo. É a tarefa da interpretação. E aqui começa a dificuldade. Com tantas tarefas de divulgação e de pastoreio, a obra da evangelização dá como assentes coisas que necessitam de reflexão. Entre essas, queremos fazer referência a duas realidades que parecem mais decisivas: o conhecimento do destinatário

* Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

¹ JOÃO PAULO II, *O Esplendor da Verdade. Encíclica sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja*, Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 1993, n. 107, p. 174. Os sublinhados estão no texto original.

hodierno do evangelho e o conceito da proposta moral que está implicada no anúncio. Aqui residem, a nosso ver, os principais problemas.

O interlocutor atual do anúncio do evangelho é mais complexo do que o do passado. Se é que o anúncio do evangelho alguma vez foi tão linear como o fazemos. Mas ligar o anúncio de Jesus à ação humana é tarefa que dá mais que pensar à teologia, nos dias de hoje do que no passado. De uma forma mais ampla, podemos perguntar pelo caminho e pelas condições de possibilidade de uma intervenção da Igreja sobre a cultura e a moral de hoje? Fora de dúvida está que essa intervenção se faça mediante o regresso a um predomínio cultural e político do elemento cristão, como no tempo da cristandade, em que a moral era imposta por lei. A primeira coisa que damos por assente, nesta empresa de ligar anúncio evangélico e moral, é a evidência de que vivemos num contexto de laicidade e de pluralismo ético. Voltar a esse passado pré-moderno é algo impensável. O caminho tem, pois, de ser outro. Numa formulação conhecida, podemos dizer que o caminho para intervir sobre a ação moral dos nossos contemporâneos tem de ser o da força da Palavra e não a palavra da força. Mas como se pode fazer acontecer isso? É necessário parar para pensar. Sem este esforço de recuo, não é possível encontrar a alma da cultura de hoje nem conhecer o destinatário atual do Evangelho de sempre. E é necessário tomar consciência de que esse encontro não pode ser dado como pressuposto. Quem testemunha necessita saber desde onde testemunha e para quem testemunha. E o interlocutor do testemunho tem de ser encontrado no seu lugar e no seu tempo. Ora, essas coordenadas não são de disposição imediata para o agente, por muito grande que seja a sua boa vontade e o seu impulso apostólico.

Por outro lado, a proposta moral que o evangelho inclui não se reduz a um ordenamento normativo que pode ser concebido de forma acabada quanto ao que é obrigatório, proibido ou aconselhado. Esta parte da proposta moral tem uma grande importância, mas não basta. Falta-lhe a dimensão da bondade que tem precedência sobre a obrigatoriedade que serve de orientação à sua justificação. A bondade vem ao sujeito, à pessoa e à sociedade humana, de uma forma que não se esgota na norma do obrigatório. A nosso ver, a inclusão deste elemento na proposta moral é decisiva para a eficácia de uma nova evangelização da cultura de hoje.

1. Primeiras perguntas sobre o destinatário do evangelho moral

Um dia aconteceu-nos presenciar o diálogo em que a um homem do mundo da medicina era perguntado:

«– Mas diga-me lá, Professor, o senhor ainda é católico?

O homem pensou e respondeu, ainda meio atordoado:

– Olhe, por um lado, penso que sou ainda vagamente crente. Mas, na prática, estou muito longe de tudo isso.

E, depois, de meditar um pouco mais, continuou:

– O que me faz ficar longe é a preocupação pela coerência. Não me parece bem dizer que estou dentro. De facto, vários aspetos da minha vida estão em contradição com normas religiosas e morais da Igreja. Por isso, prefiro nem pensar muito nisso e manter-me fora.»

A pequena história, apenas a florada, dá-nos que pensar. Há aqui algumas coisas a ter em conta. A uma visão teológica pessimista, algumas observações são possíveis. Desde logo, a imprecisão com que as pessoas analisam a sua experiência. O fator religioso e as respetivas consequências morais são vistos com alguma superficialidade. Há algum fundamento para acusar os nossos contemporâneos de trivializarem o religioso. A análise da existência é sempre deixada para mais tarde. A pessoa em causa tem uma enorme bagagem científica e talvez até filosófica, mas descarta a questão do sentido da vida e as correspondentes vias morais, para cuja interpretação manifesta incompetência.

Por outro lado, há aqui também uma inquietante interrogação à proposta moral da Igreja. O personagem desta narrativa vê essa moral como um universo normativo que pode facilmente ser colocado de lado, sem que haja, a seu ver imediato, uma grande perda para o seu viver quotidiano. Segundo a apreensão dessa pessoa, trata-se de uma convenção extrínseca que nada tem que ver com a vivência autêntica, com uma universalidade ou com a salvação ou a perdição do sujeito. A moral religiosa é vista como um ordenamento entre outros, que obriga à conformação externa. Mas, no fundo, tanto faz viver nela como fora dela. Escolher esta ou outra forma de vida é uma escolha sem grande importância. Esta é a aceção mais débil do pluralismo ético. No passado, no tempo em que havia uma evidência ética compartilhada por todos, as pessoas que viviam em contradição com a proposta moral, sentiam-se pecadores. Hoje sentem-se melhor passando ao lado do problema, para poder existir pacificamente. A virtude ou o pecado foram substituídos pela coerência, ou pela culpa e pela doença psíquica. Longe ficou qualquer referência à reconciliação ou à penitência.

Porém, vista por outros olhos menos pessimistas, existem aqui na história dois aspetos muito interessantes para colocar a questão da evangelização moral. O primeiro deles vemos-lo no momento em que o personagem afirma que prefere ficar de fora da Igreja “por uma questão de coerência”. A nosso ver, aflora nesta afirmação algo muito importante para podermos conhecer o

interlocutor moderno da evangelização. O que se afirma é precisamente a cultura moral centrada na subjetividade. O sujeito não se mostra incomodado por viver em disformidade com o universo moral garantido por Deus, mas afirma que conduz a sua vida na base de um padrão moral que encontra na sua interioridade. E, em nome dele, prefere deixar de fazer referência ao tal universo como pensa que a Igreja o interpreta. Esse padrão interior é que lhe fornece o critério que antigamente era fornecido pelo absoluto de Deus. A teologia moral não está habituada a dar valor e a confrontar-se com este aspeto da experiência dos nossos contemporâneos. Será justo desconsiderar este aspeto como um caminho desprovido de sentido?

Mas, antes de passarmos adiante, vamos mencionar o outro aspeto que nos parece interessante. Ao referir a importância da coerência como justificação do modo como vive a sua vida moral, este personagem está a introduzir em cena um dado novo. Ou seja, está a afirmar que a sua vida moral é feita de uma interioridade que dá sentido e justifica as suas escolhas morais e os seus comportamentos visíveis. A esta parte interior da vida moral, costumamos dar o nome de "atitude". Ora, o testemunho mostra-nos um exemplo de como os seres humanos do nosso tempo se podem caracterizar de duas maneiras. Primeiro, vivem de maneira disforme com normas morais daquilo que temos como moral da Igreja. Exemplos conhecidos são os padrões de vida matrimonial, da sexualidade e assim por diante. Por outro lado, mostram a existência de uma atitude que pode ser muito sólida e muito coerente para justificar o modo como vivem. Será que temos de distinguir estes dois aspetos, na hora de pensarmos os caminhos da evangelização moral? A nosso ver, a atitude como justificação da adoção de uma norma e de um comportamento é de extrema importância para o modo como enfrentamos a tarefa de evangelizar moralmente as pessoas do nosso tempo. Por isso, vamos olhá-la mais de perto.

2. A cultura de hoje e a atitude moral

O entrevistado com que iniciámos diz, a certa altura, que é por "uma questão de coerência" que segue o seu caminho, deixando de lado, a seu ver, a proposta moral da Igreja. Isso é um ponto interessante aos ouvidos de uma teologia moral. No nosso entender, esta alusão a uma "coerência" pode ser lida como uma alusão a uma "atitude". Em que é que a "atitude" pode ser útil ao nosso propósito? Vamos esclarecer.

Tradicionalmente, estamos habituados a pensar a moral da Igreja como uma norma de atos, mesmo que não nos interroguemos sobre o que dizemos quando falamos de "atos" humanos. De um modo geral, falamos de atos como

de comportamentos, quer dizer, de movimentos visíveis executados pelo sujeito de forma deliberada. Estes atos podem ser mais enraizados ou menos na interioridade do agente, podem ser mais ou menos intencionais e por isso mais ou menos imputáveis, quanto à responsabilidade. Quando falamos de propor uma moral cristã, o que temos em mente é levar a que os atos das pessoas se conformem com os princípios e com as normas que remontam, direta ou indiretamente, a Jesus e que a Igreja, com a sua autoridade, tem a prerrogativa de interpretar de maneira autêntica.

Se bem compreendemos, é este caminho que faz dificuldade quando se trata de analisar o estado moral do nosso tempo e de propor uma remoralização das pessoas por uma nova evangelização. De facto, existe uma significativa disformidade do modo de viver, se comparado com aquilo que parece ser a norma moral cristã. Mas, mais grave do que isso, é o facto de não ser possível fazer entender às pessoas o caminho para conformarem, diretamente, os seus atos com a moral da Igreja. É aqui que entra um modo diverso de compreender o funcionamento do sujeito moral que temos de evangelizar. Entre o sujeito e os seus comportamentos existe essa realidade que o personagem chama "coerência" e que a teologia moral chama "atitude".

Em conformidade com isto, podemos dizer que o discurso sobre a ação humana não começa nos comportamentos e na sua norma, mas na descrição e na interpretação de uma atitude². O que é uma atitude? Esta palavra é originária da psicologia, sobretudo da psicologia social, e a sua aparição parece corresponder à superação de um horizonte mecanicista na interpretação dos comportamentos. Uma atitude é um conjunto complexo de fatores que vão desde a posição corporal significativa até a um estado interior, a uma constituição de carácter. É a atitude que inicia, justifica e explica a conduta dos indivíduos. Pode levar a buscar um objeto ou a evitá-lo. Não se trata de algo rigidamente estático, mas de algo plástico, moldável que evolui com o evoluir do sujeito.

A teologia moral tem recorrido também a esta noção de atitude, pela grande utilidade desta para abordar a ação humana e poder intervir sobre ela. Em relação à teoria tradicional dos atos humanos, apresenta diversas vantagens. Por um lado, supera o intelectualismo que era visível, por exemplo, quando se fala de hábitos, de virtude ou de vício; por outro lado, permite ligar a ação humana às suas origens emotivas e motivacionais que, como sabemos, são muito mais entranhadas no sujeito do que supunha a teoria do automatismo dos hábitos. Enquanto a teoria dos atos era um tanto abstrata, pois não

² Sobre a importância ético-teológica da "atitude", remetemos para o estudo: M. VIDAL, *Moral de Actitudes, I, Moral Fundamental*, Madrid, PS Editorial, 71990, 801-809, com a bibliografia aí citada.

ligava as ações ao seu sujeito, a atitude permite mostrar o sujeito em ação e, mediante um grande número de indícios, ter acesso à interpretação dos seus comportamentos, situando-os no todo da biografia sensata ou insensata. Este trabalho prévio é condição para um juízo sobre a bondade ou maldade da ação.

Olhando o modo de agir dos nossos contemporâneos, parece claro que a noção de atitude é apta para explicar o seu funcionamento moral. De facto, parecem comportar-se como quem interiorizou uma atitude e é essa assimilação que comanda as suas estimativas de valor e o correspondente juízo sobre os seus comportamentos. Não será, então, por aí que tem de começar a nossa tarefa de evangelizar moralmente o nosso tempo? A nosso ver, é esse o caminho. Não parece possível a tarefa de reconduzir à conformidade com uma norma o comportamento moral das sociedades em que vivemos. Reparemos que é o desenvolvimento de uma atitude moral que pode levar à modificação dos comportamentos visíveis e ao seu crescimento para a conformidade com a norma autêntica da bondade. Se seguirmos o caminho de ignorar este facto, estamos fora do âmbito da espontaneidade, da liberdade e da dignidade.

Parece poder afirmar-se que os nossos contemporâneos cresceram no cultivo da atitude. Por isso, se a considerarmos por este prisma, a desmoralização da cultura de hoje não será tão evidente. Quando reivindicam uma atitude moral, os seres humanos modernos não querem simplesmente desertar do universo ético. Quiseram ser sujeito da sua própria vida. Isso não é necessariamente decaimento moral. Conseguiram-no? Talvez não. Mas os cristãos católicos que somos conseguiram-no? Talvez também não tenhamos conseguido.

Este modo de ver a teologia moral pode levantar alguns problemas. A um olhar atento, pode sempre parecer que a atitude de que falamos representa um fundamento pouco sólido para a cultura. Não revelam as atitudes massificadas, manifestas na reivindicação do consumismo, na alienação da cultura de moda veiculada pelos média, um caminho inaceitável para uma moral cristã? Ainda aqui temos de distinguir. De facto, a atitude pode revelar alguns fundamentos inaceitáveis. Pensemos nas atitudes que se baseiam numa afirmação insensata do sujeito, no domínio do que E. Lévinas chama a cultura do Mesmo, fechada à transcendência, seja a transcendência divina, seja a alteridade dos outros seres humanos. Neste caso, temos de impugnar o próprio fundamento da atitude. O mesmo se diga de outros modos de ver, como seja uma queda no niilismo, também visível em muitas formas de viver difundidas hoje. Também aqui, temos de intervir ao nível do fundamento. De qualquer forma, o caminho de pensar a moral pela via da atitude possibilita à teologia mostrar que o único fundamento da subjetividade humana é a abertura ao Deus que continuamente bate à porta do ser humano, fazendo ouvir a

voz da sua palavra incarnada em Jesus Cristo. Aqui se pode encontrar a via da afirmação da consistência da subjetividade pela escuta da transcendência que funda, que liberta e que promove.

Fazemos ainda uma observação teológica a propósito da atitude. É muito conhecido o passo da *Gaudium et Spes*, a Constituição sobre a Igreja no Mundo de Hoje, do Concílio Vaticano II, que faz o elogio da consciência moral. Diz esse famoso texto, no seu n. 16 que, "no íntimo da sua consciência o ser humano descobre uma lei que não foi ele a dar a si mesmo...". E logo a seguir afirma: "quanto mais prevalecer a consciência moral recta, mais as pessoas e grupos se afastarão do arbítrio cego e se esforçarão por se conformar com as normas objectivas da moralidade"³. A ligação entre a atitude e esta consciência moral transcendental parece-nos possível para exprimir o que queremos.

No passado, a teologia moral formulava a regra segundo a qual toda a pessoa é obrigada a seguir os ditames da sua consciência, de uma consciência convenientemente formada. As regras da formação da consciência eram as da busca da retidão, da verdade e da certeza. Isso deu origem a muitos sistemas e opiniões. Decerto, esse caminho necessita de ser adaptado às condições de hoje. Para a nossa mentalidade, é pouco significativo um caminho cartesiano, preocupado com a certeza de si, em contexto individualista e cortado da graça e da transcendência. Mas esse velho caminho pode ser refeito, mediante a construção de uma atitude. Em contexto de introspecção e de confronto com os outros e com Deus, o sujeito pode interpretar e melhorar a sua atitude, descobrindo as astúcias que lhe obscurecem a retidão e os complexos meandros que o aproximam ou o afastam da verdade. A construção de uma atitude tem virtualidades para levar o sujeito à coincidência consigo mesmo e à segurança, não da sua segurança solipsista, mas à que vem de se saber amado desde o Outro que, em último caso, é o verdadeiro Deus. Esta segurança é que pode salvar. Foi essa que Jesus repartiu com o mundo quando, na sua ressurreição, nos iniciou à participação na filiação divina e na relação trinitária. Por conseguinte, a autenticidade da consciência moral não vem do processo de conhecimento que leva à certeza de si, nem da anamnese platónica que leva à longa história do fechamento orgulhoso em si que é a atitude de alguma cultura humanista. A autenticidade da consciência moral vem da subjetividade habitada pelo dom divino do Espírito Santo. Desta tomada de consciência pode vir a verdadeira atitude e a verdadeira evangelização.

A encíclica *Veritatis Splendor* (1993) diz que, "tanto mais ainda que pelas verdades da fé, é ao propor os fundamentos e os conteúdos da moral cristã

³ IGREJA CATÓLICA, *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo "Gaudium et Spes" do Concílio Vaticano II*, Roma, Alma Roma, 1969, 1501.

que a nova evangelização manifesta a sua autenticidade e, ao mesmo tempo, expende toda a sua força missionária, quando se realiza com o dom, não só da palavra *anunciada*, mas também da palavra *vivida*" (n. 107). Esta palavra *vivida* refere a santidade dos fiéis. Mais à frente (n. 108), refere um importante elemento: "Na raiz da nova evangelização e da vida moral nova (...) está o Espírito de Cristo, princípio e força da fecundidade da santa Mãe Igreja". Esta ligação entre atitude e graça será desenvolvida no ponto seguinte do nosso texto. Para já, basta-nos dizer que um ponto de inserção do evangelho moral existe no sujeito. Se virmos a atitude como "arquê" da vida moral, temos aí um ponto de confluência entre graça e ética. Esse ponto não é, porém, de disposição imediata por parte da teologia e da pastoral. Nesse sentido dizemos que a ação evangelizadora é mais complexa do que costumamos fazê-la. Reparemos que nem as culturas estão vazias de sentido ético, nem a Igreja tem intuição direta do universo moral. Ambas têm necessidade de uma aproximação interpretativa a esse terreno profundo de confluência em que, em Cristo, Deus é amigo de todo o ser humano e em que todo o ser humano, na verdade da sua atitude, pode merecer a epifania do mistério divino.

3. A proposta moral do Evangelho

A teologia moral tem sido pouco crítica na sua forma de se apresentar como discurso sobre a ação humana. Quando não se perde pelos caminhos pouco úteis do biblicismo e de um espiritualismo desencarnado, privilegia quase exclusivamente a transmissão de uma norma moral de vida. Ora a sua proposta para a ação humana é mais do que norma obrigatória ou motivação abstrata, afastada da existência concreta das pessoas.

O Papa Bento XVI, no documento publicado por sua iniciativa para instituir o dicastério da nova evangelização "*Ubicumque et semper*"⁴, dá-nos um exemplo de como temos de ter em conta diversos elementos para uma proposta integral de ensinamento moral. O texto alude a algumas dificuldades da Igreja com a cultura em que estamos mergulhados. As dificuldades são de vária ordem e são enumeradas sem articulação teológica. Vamos recordá-las brevemente.

Primeiramente alude-se às dificuldades que vêm da ciência e da técnica. Uma vez conhecida e domesticada a natureza, se alguma vez o foi ou será, a ciência e a técnica voltam-se também para a "natureza" do ser humano. O

⁴ BENTO XVI, *Motu proprio Ubicumque et semper*, com que se institui o Conselho Pontifício para a Nova Evangelização, de 21 de setembro de 2010.

corpo e o espírito tornam-se objeto de experimentação e de manipulação. Tudo parece resultar "res extensa" com o correspondente esvaziamento da responsabilidade e espontaneidade moral. Em segundo lugar, este real ou aparente domínio dá, ao Homem de hoje, um estranho sentido de autonomia, como se a humanidade fosse autora do sentido da sua vida e fundadora do universo dos valores morais. As ciências sociais e humanas vieram ainda complexificar mais este acesso científico à realidade. Em terceiro lugar, o Autor nota que a grande mobilidade humana veio desenraizar culturalmente e religiosamente multidões de pessoas que foram induzidas a pensar e a viver pelo prisma do relativismo ético e normativo. Isso teve como consequência uma banalização do sentido de Deus, da revelação divina e do sagrado. Do ponto de vista antropológico, este desenraizamento veio transtornar as experiências fundamentais que balizam a existência (o nascer, o morrer, o procriar, o viver em família). Nada parece ligar o ser humano ao seu semelhante nem este à sua transcendência. Finalmente, nota Bento XVI, tornou-se incompreensível o conceito de lei natural.

À luz de um texto como este, podemos ter uma ideia das dificuldades que temos por diante para um programa de religar a ação humana dos seres humanos nossos contemporâneos ao evangelho de Jesus. O texto é certo relativamente a muitas manifestações culturais de massa com que temos de nos confrontar. É justo dizer, a nosso ver, que o seu ensino moral e a sua praxis penitencial também foram e são responsáveis por este ponto de chegada. Levá-los à conformidade é certamente uma preocupação da evangelização. Mas, quando o texto alude às experiências antropológicas fundamentais ou à incapacidade para compreender a lei natural, estamos noutra ordem de fatores os quais, a nosso ver, necessitam de outro tratamento. Em ordem a explicar este assunto, vamos recorrer a uma proposta muito interessante de Paul Ricoeur⁵.

Para este autor, o discurso sobre a ação humana é feito de um programa complexo, feito de três momentos. Primeiro, é feito da proposta de uma ética. Em segundo lugar, é feito da justificação de uma moral. Finalmente de um momento que não é propriamente independente dos anteriores, mas que os concretiza e que é feito de uma sabedoria prática e das regras do seu funcionamento. Digamos desde já que não se trata de nada propriamente novo aos olhos de uma teologia moral. Os três passos existiram e existem na teologia, mas não com o carácter articulado e simultâneo que lhe atribui o grande pensador cristão calvinista.

O momento ético, que tem precedência sobre os outros, refere-se à "visée" da vida boa, com os outros e para os outros, no contexto de instituições justas.

⁵ P. RICOEUR, *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990, 199-344.

A preocupação do Autor é manter-se fiel à índole do ser humano moderno que entende estimar às ações boas e más a partir dos recursos da sua própria autonomia. Mas esta estima de si é contextualizada por uma precedência da bondade, por uma inclusão na vida social, feita de relação e de cultura e também desse elemento impessoal que precede e possibilita a comunicação entre os seres humanos que dá pelo nome de instituição. Deste modo, é permitido ao discurso sobre a ação moral manter-se em contexto moderno, mas escapar aos perigos da subjetividade, às vezes delirante, dos modernos à procura de um autofundamento para a cultura e para a moral. Este momento "ético" é teleológico e pressupõe a admissão e a escuta de um "dado" prévio ao sujeito que o afeta desde os confins da realidade. A este dado, a teologia chama Deus.

Não vamos acompanhar o Autor na demorada justificação do seu ponto de vista pelos caminhos da tradição e da atualidade. Vamos apenas afirmar que a sua proposta nos parece de grande importância para mostrar as virtualidades da teologia em ordem a remoralizar a nossa cultura. De facto, pensando bem, o quê senão a teologia tem um horizonte teleológico da vida do ser humano, horizonte esse que lhe é dado pela presença do seu Senhor glorificado à história humana? A grande tradição da Igreja sempre teve em conta esse elemento, embora a teologia moral recente tenha dificuldade em incluí-lo no seu discurso, que se tornou predominantemente normativo.

Será esta precedência da teleologia ética que permitirá à teologia moral encontrar o sujeito moderno, propondo-lhe o anúncio da ressurreição do Senhor como ação plenificada da bondade, sempre disponível ao ato de fé. A partir daí, será possível propor ao sujeito moderno a energia de Jesus, patente na sua "exousia" histórica que inclui e que transforma, que cura e que capacita a ação, assegurando-lhe a eficácia e a bem-aventurança imanente. De facto, a ética de Jesus é compaixão e co-ação. Jesus não parte da evidência de que o ser humano está preparado para viver moralmente bem e para cumprir a norma moral. Aos olhos de Jesus, tal como nos mostram as fontes do Novo Testamento, o ser humano concreto precisa de cura e de capacitação. Muitas narrativas mostram isso como condição para resolvermos o nosso assunto. Os evangelhos testemunham que Jesus se aproxima, instaura compaixão com os interlocutores, possibilita a co-ação dos discípulos com a sua ação cheia de consentimento a Deus a quem chama seu Pai. Assim, as pessoas se tornam capazes do seguimento e de agir como agia Jesus. Antes da norma da vida existe, pois, o dom da vida. É este dom que possibilita a "estima de si".

Se há aspeto desenvolvido pelo Novo Testamento, é a instauração do nexa da caridade. A praxis de Jesus, muito mais do que a "amicitia" aristotélica, possibilita o encontro do ser humano com o seu semelhante e com o seu dissemelhante. Esta é a base de uma cultura inovada em que o "com os

outros e para os outros" conhece uma versão absolutamente nova na história do mundo. No mistério de Jesus, dá-se a desocultação do rosto humano de maneira definitiva e é oferecida a base definitiva da amizade e do amor entre os seres humanos.

Por outro lado, Jesus procede a uma desconstrução da instituição. Jesus não dá por assente que a instituição basta para contextualizar a vida da pessoa. Veja-se o caso da mulher adúltera (Jo, 8), do servo imisericordioso (Mt 18, 23-35) e outros casos. Sem desconstrução, a institucionalização da moral mostra-se como um impedimento para a verdadeira vida. A lei evidencia e multiplica o pecado, dirá posteriormente Paulo. Por isso, para que a vida seja possível de ser vivida como dom e como graça, é necessário justificar a instituição moral. O advento do sujeito capaz de moral acontece mediante o reconhecimento do perdão e mediante a conversão. Por isso, o primeiro apelo de Jesus não vai no sentido da correção moral, da conformidade com a lei, mas no sentido da metanoia. Para experimentar a proximidade do Reino, que Jesus diz ser evidente, é necessário endireitar a vereda da instituição.

A alusão ao aspeto teleológico da teologia da ação humana é, pois, fundamental para uma nova evangelização. Para a teologia, trata-se de um regresso à sua grande tradição. Bento XVI adverte para a impossibilidade de a cultura de hoje compreender uma lei natural. A nosso ver, este ponto será mais fácil de resolver se incluirmos esta questão dentro do contexto teleológico. De facto, a lei natural ganha o seu sentido se situada neste prisma teleológico e perde-o se vista apenas no contexto normativo imediato, como procede geralmente a teologia moral. A lei natural é a garantia de que o ser humano pertence a Deus, antes de pertencer aos poderes deste mundo. Vista por este prisma teleológico, ela ganha de novo utilidade para a evangelização moral.

Na sequência do seu programa, que não vamos acompanhar, P. Ricoeur mostra como o discurso sobre a ação continua pela justificação da norma, não já no contexto da bondade, mas da norma do obrigatório. Sobre esse programa, fazemos apenas duas observações.

A moral, tratando do obrigatório, situa-se num horizonte deontológico. Uma ética constitui-se sempre como geradora de uma moral e como instância aferidora das suas normas. As duas grandezas jogam mutuamente e não podem ser separadas uma da outra. Por isso, para intervir sobre a moral de uma pessoa ou de um grupo, temos de começar pela sua ética, pois aquela é condicionada por esta. Não falta hoje quem pense que o momento moral se basta a si mesmo, nas correntes utilitaristas, epistemológicas ou decisionistas. A Igreja também pensou assim no período que se costuma chamar da "casuística". Nos nossos dias, ainda há vestígios desta tentação positivista, quando se justifica o universo moral com referências extrínsecas à revelação divina

ou mesmo ao magistério da Igreja. Afirmamos com clareza que o momento moral, deontológico, é essencial ao discurso sobre a ação. Mas a sua eficácia e pertinência apenas pode ser garantida e compreensível se estiver precedida pelo momento teleológico. Reparemos que este momento é aquele que possibilita verdadeiramente a uma teologia da ação humana permanecer no seu horizonte específico, quer dizer, ser um discurso sobre a ação fiel à revelação divina e à razão humana.

Por sua vez, a sabedoria prática, o terceiro momento, complementar dos anteriores, tem uma grande importância para a evangelização. A teologia moral sabia isso melhor no tempo que um tanto displicentemente se chama tempo da "casuística". De facto, a vida é feita de situações concretas, algumas vezes entretecidas da perplexidade e mesmo da tragédia. Será esta sabedoria que possibilitará tomar decisões que, sem pôr em causa a norma geral, dão às pessoas em sofrimento um sentido sensato e eterno para uma biografia que, por outro caminho, o não pode ter. No contexto na nova evangelização, esta sabedoria é especialmente importante para dar uma saída a casos em que, por razões diversas, as vidas seguiram caminhos de contradição com a norma geral.

Conclusão

A Igreja pensa que a descristianização leva a um declínio e a um obscurcimento do sentido moral⁶. Outros pensaram e pensam que o abandono da crença leva a um aumento de humanidade e de moral. Uma pastoral preocupada com a nova evangelização tem de enfrentar este confronto de pontos de vista. A nosso ver, o caminho do evangelho não pode ser o do afrontamento da cultura, por um extremar de campos entre os que são por nós e os que são contra nós.

O caminho do evangelho, tal como Jesus no-lo confiou, tem de ser sempre o da compaixão, pois só esse pode levar à descoberta do sentido eterno da ação moral e à capacitação para outro modo de viver. O caminho que propomos, desde uma teologia moral, é o da valorização da atitude que cultivam os seres humanos do nosso tempo. Uma vez que nos seja franqueada a entrada nesse reduto, podemos apresentar a proposta de uma ética, na aceção que lhe

⁶ Eis as palavras da "Veritatis splendor": "A descristianização que pesa sobre povos e comunidades inteiras, outrora ricas de fé e de vida cristã, comporta não só a perda da fé ou, de qualquer modo, a sua ineficácia na vida, mas também e necessariamente, *um declínio ou um obscurcimento do sentido moral*: e isto, quer pela dissipação da consciência da originalidade da moral evangélica, quer pelo eclipse dos próprios princípios e valores éticos fundamentais" (n. 106).

demos, a partir da proposta de P. Ricoeur. Por esse caminho, parece possível propor à vivência dos seres humanos nossos contemporâneos o grande caudal da vida ressuscitada de Jesus, a sua inauguração da vivência do amor que liga as pessoas a Deus, que lhes abre os olhos para o fio de cristal da amizade recíproca e que torna a instituição social apta para incluir todos na via do reconhecimento e da comunhão. Este resgate do vivido será o caminho para tornar a norma moral pertinente e apta para desempenhar a sua função de assinalar o caminho do bem.

A nova evangelização haveria de tomar consciência de que a perfeição moral, como a mostrou Jesus, não é a virtude farisaica, autonomista ou construtivista. Para a teologia moral, como dizia Santo Agostinho, a perfeição não é a virtude mas o perdão. A tomada de consciência do perdão é que inclui as pessoas na Igreja e na comunhão dos santos. O moralismo ou o farisaísmo são incapazes disso. Por isso, a evangelização da moral não pode ser a proposta de um racionalismo voluntarista, mas uma razão sempre merecida pela reconciliação e pela tomada de consciência do perdão que funda e que sara. Esta é que leva à contínua reinvenção do verdadeiro e do bom, pela superação do pecado e do mal, pela gratuita instauração da caridade, pelo encontro imerecido com o rosto do Glorificado-Crucificado, para sempre imanente e dado ao nosso mundo.